



27/11/2014 - Teletime

Rezende alerta que se escolherem ir à Justiça, teles saem perdendo

O presidente da Anatel, conselheiro João Rezende, afirmou nesta quinta, 27, que a agência não concorda com a tese das empresas, segundo a qual a fatura final apresentada pelas licenças de 700 MHz teria sido de cerca de R\$ 190 milhões maior do que as empresas esperavam pagar. A assinatura dos termos de autorização do uso das faixas, bem como o pagamento, acontecerá na sexta, dia 5, mas, de acordo com a reportagem da Folha de S. Paulo, as empresas irão à Justiça tentar reformar a fatura enviada pela Anatel, o que poderá lhes assegurar um pagamento apenas do valor incontroverso.

Para o presidente da Anatel, conselheiro João Rezende, as empresas saem perdendo se a estratégia for mesmo a via judicial. "A execução das garantias, mais as penalidades para quem não assinar, são maiores que os valores contestados". "Negamos a tese das empresas nos recursos e depois da homologação (do resultado final do leilão) encaminhamos novamente ao TCU", completou Rezende.

A divergência entre o cálculo das empresas e da Anatel está na atualização para valor presente do montante de aproximadamente R\$ 900 milhões pela limpeza da faixa relativos aos lotes que não foram arrematados. Pelas regras do edital, esse custo da limpeza relativo aos lotes não vendidos deve ser rateado entre as vencedoras na proporção do valor pago pelos seus próprios lotes. Mas, na verdade, esse custo não sai das empresas, e sim do Tesouro.

Por isso, esse valor extra rateado pelas empresas será descontado no preço público.

É essa conta que não está batendo. De acordo com o conselheiro Igor de Freitas, relator dos recursos contra o cálculo, a diferença – cerca de R\$ 60 milhões para Claro, TIM e Vivo e cerca de R\$ 2 milhões para a Algar Telecom – se deu porque no cálculo para trazer a valor presente, a Anatel considerou créditos tributários que serão gerados a favor das empresas pelo fato de realizarem grandes investimentos para construção das redes no início, e a receita virá um bom tempo depois.

As empresas, contudo, alegam que o edital não prevê que esses créditos tributários sejam considerados no cálculo. O edital, de fato, apenas menciona que o valor deve ser trazido a valor presente considerando a metodologia de custo médio ponderado de capital (WAC, na sigla em inglês) definida pela Anatel. "Não existe margem de discricionariedade da Administração Pública em relação aos editais de licitação, pelo que todos os atos administrativos decorrentes do certame devem ser expedidos em estrita observância às regras do instrumento convocatório", alegou a Claro no recurso administrativo.

Freitas sustenta que o edital não precisa trazer detalhadamente a metodologia de cálculo para trazer a valor presente. "Trazer a valor presente um projeto de forma adequada, completa, deve levar obviamente em consideração questões tributárias", disse ele.



27/11/2014 - Rede Brasil Atual

CUT e centrais negociam proposta de programa que protege emprego

Ao contrário do que vem sendo divulgado, programa não prevê flexibilização, nem qualquer mudança na legislação trabalhista. É uma alternativa para manter o emprego dos trabalhadores em épocas de crise

Na próxima terça-feira (2 de dezembro), a CUT e as demais centrais sindicais voltarão a se reunir para continuar a discutir o Programa de Proteção ao Emprego (PPE). A ideia é construir uma proposta a ser levada em seguida ao governo Federal e que nada tem a ver com flexibilização, nem qualquer mudança na legislação trabalhista. Ao contrário do que vem sendo divulgado pela mídia tradicional, o programa é uma alternativa para manter o emprego dos trabalhadores em épocas de crise.

Pela proposta, o PPE só pode ser acionado em caso de crise econômica cíclica ou sistêmica que deve ser comprovada pela empresa ao sindicato da categoria e ao governo. Esse problema econômico não pode ser resultado de má gestão ou de flutuações de mercado. Além disso, é preciso haver acordo entre a empresa e o sindicato, balizado pelo governo e, obrigatoriamente, aprovado em assembleia pelos trabalhadores.

"O PPE é um instrumento que garante a manutenção do contrato de trabalho e do emprego, ao contrário do layoff, que pode chegar até a suspensão temporária do contrato", pontua o presidente da CUT, Vagner Freitas.

Para Vagner, o PPE é um aperfeiçoamento democrático das relações de trabalho, que valoriza o papel do sindicato e enfatiza o contrato coletivo de trabalho porque estimula a negociação coletiva.

O regime de 'layoff' – experiência de proteção ao emprego já em uso no Brasil, porém com poucas garantias e direitos aos trabalhadores – privacidade única

e exclusivamente a empresa: pode reduzir a jornada com redução de salário e até suspender o contrato de trabalho, como acontece em muitos casos, o que implica em deixar de depositar as contribuições previdenciárias e do FGTS, o que não ocorre no caso do PPE porque o contrato de trabalho neste caso não é suspenso.

E mais: quando o trabalhador em layoff volta a assumir seu posto na empresa, corre o risco de ter problema para sacar o seguro desemprego caso seja demitido meses depois. Isso porque, a suspensão total do contrato de trabalho envolve recursos da conta do seguro desemprego do trabalhador.

Já no PPE isso não ocorrerá porque os recursos utilizados para viabilizar o programa serão de outra natureza, além do fato de o programa manter o vínculo empregatício.

Além disso, o PPE só pode ser acionado em caso de crise econômica comprovada pela empresa. Já o layoff pode ser utilizado por variações de mercado, problemas estruturais ou tecnológicos da própria empresa, catástrofes ou outras ocorrências que afetem gravemente a atividade normal da empresa.

Programa

A proposta de PPE que está em discussão entre as centrais e o governo trata de medidas que impedem demissões em momentos de crise, com alternativas que permitirão às empresas se reposicionarem frente a dificuldades conjunturais comprovadas, ao mesmo tempo em que mantêm os empregos.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

“Estamos trabalhando justamente para dar uma opção ao sindicato e aos trabalhadores de negociar a manutenção do emprego, a dignidade do trabalhador”, conclui Vagner.

Segundo o presidente da CUT, Vagner Freitas, o PPE é um instrumento que os sindicatos podem utilizar para manter o emprego em épocas de crises, quando, geralmente, a primeira providência das empresas é demitir trabalhadores.

Vagner ressalta que o PPE não mexe em direitos trabalhistas, tem várias condicionantes que protegem o emprego, impedem o uso aleatório ou oportunista da medida e só podem ser feitos via negociação coletiva. Para ser colocado em prática,

tem de ser aprovado pelo sindicato da categoria e o trabalhador tem de, obrigatoriamente, ser consultado em assembleia.

Durante a vigência do programa, o contrato dos trabalhadores não é interrompido, portanto, as contribuições ao FGTS e ao INSS continuam garantidas. Além disso, o PPE só pode comprometer em até 30% da renda dos trabalhadores e no período de vigência do programa, a empresa tem de reduzir a distribuição de lucros aos executivos e acionistas.

A proposta de proteção ao emprego que a CUT está discutindo dá total liberdade ao sindicato e aos trabalhadores de aderir ou não ao programa.

27/11/2014 - ADITAL

Nós somos um país em que a desigualdade é nossa marca

Em 1980, o Brasil posicionou-se entre as oito principais economias capitalistas do mundo e uma das mais desiguais do planeta. Desde então, o país conseguiu subir uma posição no ranking da economia e acumular um crescimento de 36,4% no índice de Desenvolvimento Humano (IDH), avançando em pontos importantes como o aumento da expectativa de vida, renda e tempo de estudo.

No entanto, ainda está longe de ocupar um lugar de destaque no ranking da desigualdade social compatível com sua representação na economia mundial. Muito caminho está pela frente para tentar lidar da melhor maneira possível com a exclusão social no Brasil, uma vez que não se pode superá-la completamente, já que é parte integrante do desenvolvimento capitalista. É o que aponta o economista e presidente da Fundação Perseu Abramo, Márcio Pochmann.

Nesta entrevista exclusiva ao Brasil de Fato, ele fala sobre os dados do recém-lançado Atlas da Exclusão Social no Brasil: Dez anos depois, que organizou junto ao economista Alexandre Guerra e o geógrafo Ronnie Aldrin Silva. A publicação traz índices de exclusão social e seus derivados para todos os municípios brasileiros com base em dados

publicados em 2010, atualizando a última edição publicada em 2002.

Pochmann afirma que, em comparação ao ano de 2000, mudanças significativas são observadas, principalmente em relação à educação, ao emprego e renda. Mas ainda há problemas visíveis, como é o caso da violência “que se manifesta cada vez mais como uma problemática das metrópoles urbanas”.

Sobre as mudanças entre o campo e a cidade, ainda que diferenças marcantes existam, o economista aponta para uma diminuição da pobreza na área rural e que não há mais uma radicalidade na separação com o urbano, com forte aumento do setor de serviços na região rural.

“Quando a gente olha, por exemplo, o tema da educação, nós tivemos uma difusão de novas universidades públicas e federais, institutos de técnicos federais que terminaram se interiorizando, ganhando uma presença em cidades pequenas. Então isso, de certa maneira, é um diferenciador em relação ao que nós tínhamos”, diz.

Nesta entrevista, o economista fala também sobre o significado da reeleição de Dilma Rousseff no enfrentamento à desigualdade social e sobre a influência da crise mundial no país.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Brasil de Fato – Quais são os principais pontos que vocês observaram na comparação com o atlas produzido em 2002?

A metodologia permitiu olhar o Brasil novamente de uma maneira bastante ampliada a partir desta perspectiva da exclusão social. Percebe-se que o país ainda tem como marca a exclusão do ponto de vista territorial. Ela é um conjunto de indicadores que olha a partir do município. Mas não há dúvida que, em comparação do ano de 2000, nós tivemos uma redução importante, especialmente no que diz respeito às questões referentes à educação, à renda, ao emprego, até mesmo em relação ao item da desigualdade. Mas há, certamente ainda, problemas, como é o caso da violência, que se manifesta cada vez mais como uma problemática das metrópoles urbanas ainda que ela tenha uma faceta no passado que é a violência no meio rural.

O que mudou em relação às metrópoles e as regiões do campo?

O que a gente percebe é que o Brasil vem difundido certa modernização no interior do país. Nós tínhamos um território demarcado pela forte diferença entre o urbano e o rural. O que nós estamos percebendo é, de certa forma, algo que já se reconhecia nos centros urbanos, que era a presença dos serviços (já que estamos falando de uma sociedade que vive a transição para serviços sociais, educação, saúde, serviço de mobilidade, a presença de tecnologia de informação e comunicação). O que se percebe nesta primeira década é que, de certa maneira, estes serviços passaram a cada vez estarem mais presentes no interior do Brasil, sejam em cidades que tenha presença urbana, mas também no meio rural. De forma que já não há mais uma radicalidade na separação entre o urbano e o rural, ainda que as diferenças sejam inegáveis nesse sentido. Mas a pre-

sença dos serviços tem sido um elemento importante que abre, certamente agora cada vez mais, uma perspectiva de uma política de serviços que o Brasil precisa constituir. Quando a gente olha, por exemplo, o tema da educação, nós tivemos um difusão de novas universidades públicas e federais, institutos de técnicos federais, que terminaram se interiorizando, ganhando uma presença em cidades pequenas. Então, isso de certa maneira é um diferenciador em relação ao que nós tínhamos até anteriormente, que era uma concentração de políticas públicas mais nas regiões metropolitanas, nas grandes cidades brasileiras e há, agora, esse movimento mais de interiorização, embora estejamos muito longe de condições equivalentes de vida do campo e da cidade.

Então, a gente pode dizer que a desigualdade no campo tem diminuído?

Na verdade, a pobreza no campo caiu, mas a desigualdade ainda é expressa quando nós analisamos o termo da propriedade, que se mantém fortemente contaminada pela presença de latifúndios que, em alguma medida, são cada vez mais latifúndios produtivos. Não temos mais a velha questão de forma tão presente como tinha no passado, que era o latifúndio improdutivo. Hoje, as escalas de produção no campo, especialmente no quesito do agronegócio, é, de certa maneira, em escalas de produção com alta produtividade. Mas há, por outro lado, também uma contradição, que é a presença crescente de certa dependência do Brasil do exterior em relação ao uso de agrotóxicos, que nos faz, certamente, dependentes de tecnologia externa e, ao mesmo tempo, do ponto de vista da qualidade de vida e o efeito que tem os agrotóxicos na vida humana.

Leia mais em:

<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=83446>



28/11/2014 - Vermelho

PIB brasileiro registra crescimento no terceiro trimestre

O Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no país, cresceu 0,1% no terceiro trimestre deste ano, na comparação com o período anterior. A soma do PIB no trimestre correspondeu a R\$ 1,29 trilhão.

A soma do PIB no trimestre correspondeu a R\$ 1,29 trilhão. Na comparação com o mesmo trimestre do ano passado, a economia brasileira recuou 0,2%. No ano, o PIB acumula alta de 0,2%. Já no período de 12 meses, a taxa acumulada de crescimento é de 0,7%.

Na comparação do terceiro com o segundo trimestre deste ano, entre os setores produtivos da economia, a principal alta foi observada na indústria: 1,7%. Os serviços também tiveram crescimento (0,5%). Por outro lado, a agropecuária recuou 1,9%.

Pelo lado da demanda, o crescimento de 0,1% foi puxado pela formação bruta de capital fixo, ou

seja, os investimentos, e pela despesa de consumo do governo, ambos com alta de 1,3%. O consumo das famílias caiu 0,3%.

No setor externo, as exportações tiveram um crescimento menor (1%) do que as importações (2,4%). Na comparação do terceiro com o segundo trimestre deste ano, entre os setores produtivos da economia, a principal alta foi observada na indústria: 1,7%. Os serviços também tiveram crescimento (0,5%). Por outro lado, a agropecuária recuou 1,9%.

Pelo lado da demanda, o crescimento de 0,1% foi puxado pela formação bruta de capital fixo, ou seja, os investimentos, e pela despesa de consumo do governo, ambos com alta de 1,3%. O consumo das famílias caiu 0,3%.

No setor externo, as exportações tiveram um crescimento menor (1%) do que as importações (2,4%). No terceiro trimestre, a economia brasileira caiu 0,6%. Os dados foram divulgados nesta sexta-feira (28) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).